

A questão da técnica jornalística: cultura e imaginário*

RESUMO

Este trabalho investiga, a partir de um caso concreto, como a técnica jornalística incide sobre o “olhar” da mídia, gerando um imaginário paradoxal e sofisticado. A “essência” da técnica jornalística não é técnica, mas cultural. Ela forma, deforma, reforma, conforma e transforma o fato em acontecimento.

PALAVRAS-CHAVE

mídia
cultura
técnica

ABSTRACT

This paper investigates, from a real example, what effect does journalistic techniques have on the media “point of view”, creating a paradox and sophisticated imaginary. Journalistic technique’s “essence”, is not technical, but cultural. It shapes, distorts, reforms, conforms to and transforms a fact into a happening.

KEY WORDS

media
culture
technique

O que busca um pesquisador da mídia? O que o diferencia de um leitor de jornais, de um telespectador, de um ouvinte, de um internauta obsessivo? O que significa analisar no contexto de uma narrativa do cotidiano? O que separa o trabalho do jornalista da atividade do pesquisador em comunicação? O que prova que a prova de um é melhor do que a prova de outro? O tempo de observação? O espaço para apresentação dos resultados? A interlocução com teóricos no papel de fontes privilegiadas? O jornalista cobre, o pesquisador descobre? O jornalista cobre para descobrir, o pesquisador descobre a própria cobertura do jornalista?

Em meu livro *As tecnologias do imaginário* (2003), tratei da cobertura jornalística como um descobrimento e esbocei a noção de narrativas do vivido. Sustentei que cobrir é descobrir. A cobertura jornalística é um dispositivo de recobrimento que deve resultar num desvelamento. Recobrir significa utilizar todos os elementos possíveis para cercar o objeto de maneira a fazê-lo exprimir-se. A relação entre o sujeito e o objeto obrigatoriamente precisa ser de diálogo. Mas a cobertura como recobrimento se faz em busca de um descobrimento. A pesquisa traz à luz o que está encoberto por alguma sombra. Não se trata, no entanto, de revelar a essência do objeto, mas simplesmente aquilo que, fazendo parte da sua aparência, resta invisível por causa da familiaridade. Pesquisar o cotidiano nada mais é do que revelar aquilo que permanece encoberto pela familiaridade sob uma camada tênue e tenaz de “entranhamento”.

A cobertura só se completa quando o descobrimento se realiza. Cobre-se para descobrir. Cobre-se para “desencobrir”. Esse processo passa por três fases: estranhamento (procedimento antropológico de saída de si por meio do qual o pesquisador tenta abstrair os seus valores, trocar de “lente” ou simplesmente colocar de lado os seus pré-conceitos), “entranhamento” (procedimento compreensivo e fenomenológico de empatia por meio do qual o pesquisador mergulha no universo do outro, tentando, na medida do possível, colocar-se no lugar desse outro para sentir aquilo que lhe escapa, viver uma experiência que não é a sua, praticar a diferença como repetição de uma vivência) e, por fim, “desentranhamento” (procedimento por meio do qual o pesquisador sai do outro, volta a si, retoma os seus valores, afetado pelo objeto, e numa abordagem dialógica busca narrar o vivido como cronista do eu/outro).

Heidegger foi, nesse sentido, teórico da (in)comunicação. Malagrida, citado em epígrafe em “O vermelho e o negro”, também: “A palavra foi dada ao homem para ocultar o seu pensamento” (apud Stendhal, 1971, p. 141). Tudo está aí. Falar ou fazer falar é uma operação de seleção, de edição e de estratégia. Aos poucos, contudo, o mais importante ocorre por uma es-

Juremir Machado da Silva

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS/RS/BR
juremir@pucrs.br

pécie de banalização do sentido. A lente torna-se opaca. Em lugar de ampliar, apaga. Bourdieu referiu-se com acerto a esse problema da percepção: “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem e não outras. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (1997, p. 25). Uma questão se impõe: o pesquisador não opera da mesma maneira? Também o pesquisador usa ‘óculos’, seleciona e constrói o que vê.

Posicionado como pesquisador, Bourdieu comporta-se como se fosse detentor de um metaponto de vista: “Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles só se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extracotidiano...” (1997, p. 26). De que forma o pesquisador pode retornar ao cotidiano sem fazer do banal algo extraordinário? Com que lentes deve olhar o vivido para perceber o que é importante para os protagonistas do cotidiano e não somente para um observador profissional?

Heidegger trouxe à luz a relação escondida na palavra *Gestell* (sujeição pela razão). O radical *Ge* é o mesmo dos verbos da pesquisa científica: rastrear, apresentar, evidenciar, representar, expor, demonstrar. Cabe ao cientista interpelar, requerer, deter, instalar, assegurar-se de alguma coisa. A técnica submete racionalmente a natureza. As lentes dos jornalistas e dos pesquisadores ampliam ou reduzem o observado de acordo com o grau de interesse do observador, do seu ângulo de visão e da sua grade de percepção. Uma teoria, por exemplo, é uma lente que deforma, conforma, reforma, informa e dá forma ao que se observa. Teoria é pré-conceito. Conceito a priori. Uma metodologia é uma lente de apoio que permite à teoria formatar o vivido. Em lugar de escolher uma teoria para melhor abordar um objeto, talvez fosse o caso de o pesquisador, por meio do estranhamento, sair dos seus quadros teóricos antes de entranhar-se no desconhecido familiar do cotidiano.

No pior estilo egocêntrico, correndo o risco de ser acusado de requestrar um texto já publicado para não ter de escrever outro, vou dialogar, algum tempo, comigo mesmo. Num país em que a falta de interlocutores é notória, cada publicação servindo mais para atender à burocracia acadêmica do que para estabelecer um debate de idéias, um autor deve ter a coragem de ser narcisista e de retomar seus argumentos para fazê-los avançar. Não perderei tempo me reescrevendo. Usarei meu texto já publicado como base para desdobramentos que me parecem necessários e úteis. O objetivo é precisar uma metodologia de pesquisa clara, praticável e nitidamente separada da noção hegemônica de referencial teórico. As regras e técnicas do campo científico, cada vez mais definidas por uma necessidade de produção (tantos ar-

tigos por ano), assim como as regras do campo jornalístico, marcadas pela necessidade do “furo”, da sensação e do “extraordinário”, estão formatando o conhecimento.

O jornalismo investigativo, afirmei em “As tecnologias do imaginário”, também “deve rastrear, apresentar, evidenciar, representar, expor e, por meio de sua técnica, interpelar e assegurar-se de que chega à verdade dos fatos. Mas, em tempos de exacerbação do poder da mídia, o jornalismo cada vez mais explora o requerer, o deter e o instalar-se. A mídia instala-se no lugar da justiça, inspeciona tudo e detém a verdade. Esses deslizamentos não invalidam a afirmação inicial: cobrir é descobrir, fazer-vir, fazer emergir, produzir uma notícia, revelar, interpelar os sujeitos e os fatos. O uso das técnicas jornalísticas interpela o acontecimento e o sujeito desse acontecimento, assim como a extração de minério provoca a natureza. Não há neutralidade. O jornalismo não é como o moinho que apenas abre suas pás ao vento sem afetar o meio ambiente, mas como o explosivo que abre as entranhas da terra para ter acesso ao seu patrimônio. O jornalista, portanto, não é o camponês que cultiva a terra, mas o explorador que provoca as energias sociais para alcançar um resultado máximo ao menor custo. O que quer o jornalista? Tornar-se senhor das técnicas do jornalismo, orientá-las para os seus fins, dirigi-las para as suas missões (informação, formação, conscientização). O que consegue o jornalista? Enganar-se. Toda vez que acredita na neutralidade das suas técnicas, resvala para as mitologias da sua profissão e em lugar de controlar as suas técnicas vê-se ameaçado de controle por elas”. O mesmo se dá com o pesquisador.

Ao longo da história humana não foram poucos os que se puseram a questão mais simples e mais complexa: como julgar os homens? O romancista Marcel Proust foi direto a esse ponto: “Quel critérium adopter pour juger les hommes?” (1991, p. 298). Todos os personagens seriam capazes de cometer uma infâmia. De onde a pergunta: seria o caso de deixar de vê-los? O observador, mesmo quando se imagina neutro ou científico, julga. O mesmo ocorre com o jornalista. Daí que a diferença entre esses dois investigadores não está no objeto nem nos procedimentos: O jornalista pode confundir, nos termos heideggerianos, “exato” e “verdade”. Ao dizer que sua função é informar, está correto. É exato. Sustentar que as técnicas do jornalismo servem para o cumprimento dessa tarefa também é exato. Na exatidão há sempre uma parte precisa da verdade. O problema não é o excesso, mas o que falta.

Não é mais a manipulação nem a censura explícita que caracterizam fundamentalmente a operação de encobrimento da mídia, mas a escolha pelo que, sendo exato, não diz toda a verdade. A opção por uma teoria, em detrimento de outra, não leva ao mesmo impasse?: “O jornalismo produz versões. Produzir, no sentido heideggeriano, significa fazer passar do estado escondido ao não-escondido. Revelar. Essa seria a essência do jor-

nalismo. É exato que a técnica seja um instrumento e uma atividade do homem. Mas isso, como se viu, não é a essência da técnica. O surgimento de uma nova tecnologia interpela o mundo até mesmo daqueles que não se servem diretamente dessa tecnologia. Da mesma forma, é exato que o jornalismo informa. Mas isso não é essência da técnica jornalística. Em princípio, esta deveria ser a revelação como enunciação da verdade. Porém, a verdade que se enuncia, o que sobrevém, o que emerge, é o fato de que a técnica jornalística espetaculariza o fato, levando ao acontecimento. O jornalismo espetacular forja o seu destinatário, cria o seu receptor e programa o seu jornalista. Se a técnica fosse apenas um instrumento e uma atividade do homem (o que também é exato), este controlaria todos os seus efeitos. Não é assim. A energia elétrica transformou o mundo, inclusive daqueles que não a possuem. A invenção da bomba atômica criou uma nova forma de estar no mundo para além do uso que o homem pode fazer dessa arma. A técnica, segundo Heidegger, não é apenas um meio, mas “um modo de desvelamento”. Aquele que interpela também é interpelado. Assim como o guarda florestal é atingido pela destruição da floresta que protege, o jornalista é envolvido na operação que executa. Na relação objetividade/ subjetividade, tem o seu imaginário formatado pela técnica jornalística” (2003). O pesquisador é tecnicamente afetado da mesma forma.

No ato de descobrir – trazer à luz –, ele também fica a descoberto: “A técnica jornalística, em sua fase pós-industrial, espetacular, funciona como uma provocação: um modo de desvelamento que interpela e afeta radicalmente o sujeito e os acontecimentos cobertos. Trata-se de um processo de obtenção de dados que transforma para acumular ganhos (audiência) e fragmenta para crescer. A informação torna-se entretenimento. Vai da notícia ao espetáculo. Passa-se da ação à contemplação, da descrição à dramatização, da apresentação à construção de uma narrativa que repõe os fatos numa ordem e numa discursividade adequadas ao efeito jornalístico. A técnica jornalística busca um efeito: a sensação. Em algum grau, todo jornalismo é sensacionalista. A essência (verdade) do jornalismo está na sua técnica. Qual é a essência da técnica jornalística? A espetacularização (sensacionalização) do acontecimento. O que é exato na técnica? Ser meio (instrumento) e fim (atividade do homem). Qual é a essência dessa técnica? Interpelar a natureza e transformar o existente, queira-se ou não, para além do uso que se faça de uma tecnologia, submetendo à razão (técnica) o vivido. A utilização de uma máquina pode causar desemprego, independentemente de um uso específico: copiar textos eruditos ou novelas policiais”.

O jornalista descobre mais do que o pesquisador? Descobre o exato enquanto o pesquisador descobre o verdadeiro? As técnicas de pesquisas – e as metas impostas aos pesquisadores – provocam e interpelam o objeto e a cultura. Em lugar de fazer emergir o encoberto pela familiaridade do cotidiano, numa operação sempre

repetida de fabricação de diferença, a técnica de pesquisa produz dados que, embora sendo exatos, não chegam a desvelar os sentidos implícitos do fenômeno coberto. A compreensão não ocorre. A produção de sentidos toma o lugar do descobrimento de significados. Assim como o repórter, sempre apressado e pressionado, o pesquisador reporta, relata, comenta, opina, mas não retira o véu.

Vejam: “O que é exato no jornalismo? Cobrir para descobrir. Qual é a verdade do jornalismo? Espetacularizar, em graus variados, para vender e garantir a audiência (acumulação de ganhos ao menor custo). Como se pode produzir essa espetacularização (interpelação)? Pelo uso da técnica jornalística (construção da notícia, reconstrução do acontecimento, dramatização, leveza, pitoresco, fragmentação, identificação). Assim como a extração de carvão afeta a natureza, independentemente do uso que se fará desse minério (aquecimento de casas ou energia para máquinas), a formatação do acontecimento modifica a percepção do destinatário e irriga a sua bacia semântica de modo a influir, com o tempo, no seu imaginário. Se a produção de petróleo afeta o mundo, indiferentemente ao uso desse combustível (mover carros de passeio ou caminhões), a produção jornalística afeta o olhar, fabricando visões de mundo. O uso do petróleo pode levar a mais ou menos poluição; a técnica jornalística pode levar a mais ou menos espetacularização (poluição imagética, sígnica, ruído como dejetos). A técnica jornalística não suporta o não-acontecimento. Logo, constrói o acontecimento jornalístico (ênfase no local, no nacional, na competição, no anedótico, na identificação, no culto às celebridades, no especular, etc.). O que é um acontecimento? Um fato em si? Um fato bruto? Os fatos só existem como narrativas, entre as quais a jornalística. Mas a narrativa jornalística muda com o tempo e com as culturas. Hoje, incorpora, cada vez mais, os elementos da narrativa dramática, como se fosse uma ficção, uma novela, uma intriga, com personagens, tensão crescente, trama, desfecho, oposição marcada de papéis (bem e mal), simulação de contradições para dar profundidade psicológica aparente aos personagens, etc”.

Se a técnica jornalística produz o acontecimento, como matéria necessária do seu fazer, a técnica de pesquisa alcança, enfim, a neutralidade da observação? Evidentemente que não. Nem se espera uma redução positivista dessa ordem. Em contrapartida, constata-se que a operação de pesquisa em condições de produção – como numa usina – interpela o tempo do descobrimento, inverte certa lógica de cobertura, afeta a concepção do conhecimento e inspeciona, controla e afere o produzido. Se provocar significa revelar a vocação de algo, a pro-vocação da pesquisa atual faz emergir uma vocação industrial de pesquisa, assim como, no caso do jornalismo, a provocação revela uma vocação produtivista de caráter sensacionalista. O jornalismo deve produzir sensações, furos, novidades efêmeras e informações passageiras. A pesquisa deve produzir validações, impressões de con-

sistência, hipóteses, conceitos, verdades parciais e informações quantificáveis.

Pesquisa e jornalismo são essencialmente aparência: “A essência da técnica jornalística, deslocando-se outra idéia de Heidegger, “engaja o homem naquilo que ele não pode por si mesmo nem inventar nem fazer”. É a contemplação, a vida por procuração, o êxtase pelo gozo do outro, a delegação das emoções, o culto às celebrações, a transferência do si para o outro, a projeção no outro. O homem, como ironizava Baudrillard, sentado no sofá de casa vibra com a existência, com as vitórias, com as ações de outros, com a vida que não vive, com as ações que não pratica. Guy Debord disse tudo sobre isso. Debord, no entanto, ainda, criticamente, apostava numa superação pela sociedade ideal, numa mistura de anarquismo e de marxismo. Baudrillard, ironicamente, sabe que a mídia toma o lugar do acontecimento e dá ao telespectador uma sensação de vida que ele jamais experimentará de fato. Baudrillard e Bourdieu, de ângulos diferentes, denunciaram o mesmo: “A televisão chama bastante a atenção nos tempos que correm. Faz falar dela. Em princípio, ela está aí para nos falar do mundo e para apagar-se diante do acontecimento como um medium que se respeite. Mas, depois de algum tempo, parece, ela não se respeita mais ou toma-se pelo acontecimento¹. O acontecimento jornalístico/midiático, resultado da luta num “campo” econômico, político e cultural, sofre os efeitos da busca da hegemonia: “Por meio do índice de audiência, é a lógica comercial que se impõe às produções culturais². Bourdieu mostra como o que se apresenta exatamente como técnica jornalística – “furo”, exclusividade, tratamento da informação – corresponde, na verdade, às injunções da lógica da concorrência. O jornalista, sintetiza Pierre Bourdieu, capaz de alcançar grande reputação nesse “campo” é aquele cujas ‘categorias de percepção’ estão adequadas às ‘exigências objetivas’ da profissão (imaginário dominante)³. Lente aberta. Retorno ao ponto de partida.

Pesquisar é cobrir radicalmente o aparente: “A essência da técnica, como ensina Heidegger, nada tem de técnico. Trata-se de um imaginário. A essência da técnica jornalística (em sua fase midiática), como espetacularização, ameaça a cobertura como descobrimento, limitando-se à revelação do evidente, o exato. O perigo, como também mostra Heidegger, não vem das máquinas, mas da essência da técnica, o que pode impedir o retorno ao engajamento inicial: cobrir para descobrir. O exato sufoca a verdade. A regra (técnica) impede a novidade narrativa. O perigo, no jornalismo, já não vem tanto da manipulação, mas do privilégio à exatidão em lugar da verdade (aquilo que se esconde sob o exato). Se a produção da técnica moderna funciona como provocação, a técnica jornalística pós-industrial (fase do virtual) funciona como espetacularização. Nos dois casos, o campo recoberto é alterado, interpelado, submetido à forte tensão e obrigado a liberar energias (naturais, sociais, culturais, políticas, econômicas)”.

Diferença na repetição

Se criticar significa pôr em crise, abalar certezas do senso comum, analisar é um procedimento de decupagem. É possível imaginar metodologicamente essa operação em dois eixos: encontrar diferença na repetição e repetição na diferença. Tomemos os célebres versos “navegar é preciso/viver não é preciso”. É exato substituir preciso por necessário: navegar é necessário/viver não é necessário. Essa substituição, contudo, cobre, mas não descobre, não faz vir, não revela, não desvela, não traz à luz o sentido encoberto, ou seja, não se traduz em pro-vocação. Limita-se ao familiar. Reconhece um sentido sem produzir um choque na percepção. É a diferença essencial, por exemplo, entre arte e indústria cultural. A arte produz diferença. A indústria cultural fabrica repetição. Na arte, há descobrimento e pro-vocação. Na indústria cultural, reconhecimento e identificação do mesmo.

Nos versos de Fernando Pessoa há repetição e diferença: navegar é preciso/viver não é preciso. A repetição óbvia e é esse “preciso”. A diferença visível está em navegar/viver. Tem-se um eixo duplicado em navegar/viver e preciso/preciso. Há repetição na diferença: navegar é usado como metáfora de viver. Há diferença na repetição: navegar é preciso (exato) viver não é preciso (inexato). Há coincidência na diferença: navegar é viver. Há oposição na diferença: navegar é preciso/viver é impreciso. Analisar implica, portanto, encontrar a diferença na repetição e a repetição na diferença. Em outros termos, analisar é fazer emergir a contradição, o paradoxo, a diferença, a repetição, o encoberto, o recoberto, o descoberto sob o familiar. Cobrir (como jornalista ou pesquisador) é fazer exprimir-se o cotidiano para descobrir as repetições nas suas diferenças e as diferenças nas suas repetições. Essa operação discursiva funciona como narrativa (des) legitimadora, revelando as mitologias de cada época, lugar ou cultura e assinalando os rastros do diálogo permanente entre exatidão e verdade.

Deu no jornal

O jornalismo vê o mundo com as lentes da sua cultura e da sua mitologia profissional. Um caso pode mostrar concretamente essa relação entre exatidão/verdade, repetição/diferença e cobrir/descobrir. Depois de aprovada a lei federal do piso salarial (R\$ 950) para professores de ensino fundamental e médio das redes estaduais, cinco governadores, entre os quais a governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, recusaram-se a obedecer imediatamente e entraram com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) alegando ser inconstitucional considerar piso igual a salário inicial. Os governadores em questão aceitavam que nenhum professor ganhasse menos de R\$950, mas não como salário inicial, ou seja, valor sobre o qual seriam calculadas e acrescentadas as vantagens de todos os professores, entre as quais os ganhos por tempo de serviço. Além disso, os governadores questionavam na lei o aumento das horas pagas disponíveis para atividades extraclasse como pre-

paração de aulas e correção de trabalhos e provas. O que está em jogo nesse exemplo escolar controverso?

Em primeiro lugar, a interpretação da lei e, especificamente, do par piso/salário inicial. Onde os professores e seus sindicatos viam uma repetição (piso = salário inicial), os reclamantes percebiam uma diferença (piso “salário inicial”). Para os professores o piso seria o salário de ingresso na carreira. Para os governantes rebeldes o piso é o valor abaixo do qual nenhum professor poderia receber. A diferença de interpretação pode gerar um paradoxo, do ponto de vista dos professores, fazendo do piso um teto: ninguém ganhará abaixo nem acima do valor fixado. Quem já ganhava 950 reais, ficaria onde se encontrava. Quem ganhasse menos, receberia uma complementação. A ideia de piso/teto (repetição na diferença), em oposição a piso/salário inicial (repetição na diferença), é exata na medida em que produz uma simetria forçada ou nivelamento, embora não verdadeira, por existirem salários acima de R\$950.

Em segundo lugar, interessa a cobertura feita pela mídia dessa disputa que foi parar no STF. Em 17 de dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se provisoriamente sobre a demanda dos cinco governadores. Imediatamente a Folha Online noticiou: “STF garante entrada em vigor do piso nacional de professores em janeiro”. O site do Supremo Tribunal Federal escolheu este título: “STF garante piso salarial a professores e suspende alteração na jornada de trabalho”. Em 18 de dezembro de 2008, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, chamou na sua capa: “STF garante o piso salarial dos professores”. E na página 28: “STF garante piso de R\$950 a partir de janeiro”. O jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, mancheteou na sua capa: “STF evita que Estado tenha de contratar 27,3 mil professores”. E na página 58: “Yeda tem primeira vitória em julgamento sobre piso”.

Todos os títulos citados são exatos. Não mentem. Mas nem sempre dizem toda a verdade. Em alguns casos, induzem claramente ao erro. Vejamos o título da Folha Online: “STF garante entrada em vigor do piso nacional de professores em janeiro”. É exato. Como salário inicial? O texto da Agência Brasil, assinado por Marco Antonio Soalheiro, tinha uma linha de apoio: “STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta-feira (17) que a lei que instituiu o piso de R\$ 950 para os professores poderá entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009 e que o aumento do tempo de planejamento de aulas para 1/3 da carga horária de trabalho do professor, também previsto na lei, ficará suspenso”. À primeira vista, uma vitória e uma derrota para o magistério. Na prática, duas derrotas. A liminar do STF deixava para mais tarde a decisão sobre o piso como salário inicial e garantia apenas o valor mínimo de R\$ 950 a cada professor, acrescido, quando necessário, de complementação.

Até aí a Folha Online limitou-se a apresentar a exatidão (parte da verdade) como verdade integral. No texto, porém, chegou ao erro típico da imprensa que caracteriza o

jornalismo sem checagem da internet: “Os argumentos apresentados pelos estados contra a classificação do piso como vencimento básico e o aumento do tempo de planejamento de aulas não sensibilizaram o ministro relator, Joaquim Barbosa. Ele ressaltou que a lei permitirá que até 31 de dezembro de 2009 o piso incorpore vantagens pecuniárias, numa espécie de período de maturação para os estados. Barbosa definiu como ‘justas expectativas’ a ansiedade dos professores”. Isso é o que prevê a lei aprovada. Era também o ponto de vista bem argumentado do relator da matéria, ministro Joaquim Barbosa, que não foi seguido pela maioria dos seus pares.

Há repetição e diferença nos títulos da Folha Online, do *Correio do Povo*, do site do STF e da *Zero Hora*. Quando o *Correio do Povo* afirma, “STF garante o piso salarial dos professores”, não erra, mas também não acerta totalmente. A questão não era só a invalidação do piso e sim sua caracterização como salário inicial ou menor salário possível. Quando o mesmo *Correio do Povo* diz, nas suas páginas internas, “STF garante piso de R\$950 a partir de janeiro”, também não erra. Tampouco acerta totalmente. A pendência fundamental não dizia respeito à invalidação desse valor ou ao momento da sua entrada em vigor. A lei já estabelecia tudo isso e os reclamantes não punham isso em discussão como elemento incontornável ou inaceitável. O contencioso principal referia-se à definição do piso como salário inicial ou menor salário, ao aumento das horas de planejamento e à transformação do menor salário em salário inicial (piso como salário inicial) a partir de 2010. Provisoriamente o STF definiu piso como o menor salário do magistério.

O site do STF repete com alguma diferença as chamadas da Folha Online e do *Correio do Povo*: “STF garante piso salarial a professores e suspende alteração na jornada de trabalho”. Posto dessa forma, o STF dá o bom papel de guardião de parte do interesse do magistério, quando, na verdade, nos dois aspectos citados no seu título, favoreceu parcialmente as demandas dos governos: suspendeu o aumento das horas de planejamento e não interpretou piso como salário inicial. O STF afirmou não haver inconstitucionalidade na fixação de um piso nacional. Esse aspecto constava, de fato, na pauta dos reclamantes, embora rapidamente tenha sido ultrapassado pela definição do piso como menor salário. Ao escolher uma forma de noticiar a sua decisão o STF enfatizou o aspecto tido pelos atores sociais em disputa praticamente como ponto pacífico. Cada um usa a lente que lhe convém.

O jornal *Zero Hora* fez a escolha mais explicitamente política entre todos os citados: “STF evita que Estado tenha de contratar 27,3 mil professores”. É exato. Essa parte está contida no todo da decisão. E coincide com a expectativa do governo. O veículo usou a lente do governante para divulgar a decisão do STF. Viu do ponto de vista do poder reclamante. Poderia ter usado a lente dos

professores: “STF impede Estado de contratar 27,3 mil professores”. Ao se passar do verbo “evitar” para o verbo “impedir” já há uma alteração considerável. Na matéria interna, Zero Hora fez uma escolha ainda mais política e particular: “Yeda tem primeira vitória em julgamento sobre piso”. É exato. Mais uma vez, porém, não é toda a verdade. Houve um perde-ganha. A chamada poderia ter sido: professores têm vitória parcial em julgamento sobre piso”. Se, de fato, como noticiaram a Folha Online, o Correio do Povo e o próprio STF, a questão em jogo era a em primeiro lugar a constitucionalidade ou não de um piso nacional para os magistrados estaduais, então a manchete dos jornais poderia (ou deveria) ser: “Professores têm primeira vitória em julgamento do STF sobre piso”.

Essa rápida abordagem mostra que houve diferença na repetição (a mesma decisão ora traz vantagem para os professores ora para os governos) e repetição na diferença (houve um vitorioso) nos títulos dos jornais citados e do site do STF. Correio do Povo, Folha Online e STF procuraram destacar uma vantagem obtida pelos professores (STF garante piso). Zero Hora fez o contrário e festejou a vitória dos governos descontentes. Em certo sentido, Zero Hora noticiou um fato enquanto Folha Online, Correio do Povo e STF parecem ter noticiado outro. Cada enunciador deformou e formatou o fato para transformá-lo em acontecimento. A técnica jornalística serviu inclusive ao STF para espetacularizar a notícia da decisão, dando-lhe um aspecto de jogo, apontando um vitorioso e um perdedor. O reconhecimento de que ambos perderam e ganharam (ou empataram), embora mais complexo, tiraria impacto da novidade. A angulação foi consciente.

Esse caso revela, acima de tudo, um pouco mais sobre cada enunciador. A Folha Online, como veículo eletrônico, tinha pressa e cometeu um erro por não poder perder tempo. O STF procurou uma manchete salomônica como cabe a um tribunal de justiça: STF garante piso salarial aos professores (decisão em favor do magistério) e suspende alteração da jornada de trabalho (decisão em favor dos governos). Num site, sem problema de espaço, a chamada poderia ter sido: STF garante piso salarial como menor remuneração possível e suspende alteração na jornada de trabalho do magistério. Seriam poucas duas linhas. O jornal Correio do Povo, tradicionalmente mais sensível aos movimentos sociais, destacou o ganho alcançado pelos professores na medida em que o ideal para os governos reclamantes seria a inconstitucionalidade do piso nacional. Zero Hora, sabidamente, por seus editoriais e colunistas, mais sensível aos argumentos “modernizadores” do governo tucano de Yeda Crusius e mais refratária aos argumentos considerados “corporativos” do magistério, comportou-se como diário oficial e valorizou o que já era o seu maior valor na questão. Nada de novo no front.

Nenhuma desses procedimentos é ilegítimo. Todos eles, porém, ao cobrir, mais encobrem do que descobrem.

A manipulação não se dá pela mentira, mas pela angulação, pela omissão e especialmente pelo ponto de vista. Nenhum desses enunciadores pode ser acusado de ter faltado com a verdade. Todos foram exatos. Limitaram-se, porém, a um ângulo dessa verdade a ser enunciada. Eu mesmo, como jornalista do Correio do Povo, tomei o partido dos professores. Reconhecer isso descobre um elemento da minha cobertura e da minha reflexão como pesquisador. Cada um, inclusive eu, fez uma narrativa com maior ou menor grau de estranhamento, “entranhamento” e desentranhamento. Cada um estabeleceu diferenças na repetições e repetições na diferença. Cada um lançou elementos capazes de converter o fato em acontecimento. Ao pesquisador, no entanto, coube recobrir (cobrir a cobertura jornalística) para descobrir aquilo que ficou encoberto pela técnica jornalística.

A pro-vocação é essência da técnica de pesquisa. A essência da técnica jornalística não é técnica, mas cultural. Exatamente ■ FAMECOS

NOTAS

* Texto apresentado na Compós 2009 no GT Comunicação e Cultura.

- 1 BAUDRILLARD, Jean. *Tela total - mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre, Sulina, 1999, p. 157.
- 2 BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 38.
- 3 Idem, p. 36.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *Tela total - mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- HEIDEGGER, Martin. Cf. Heidegger, M. “La Question de la technique” in *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1990.
- PROUST, Marcel. *À la recherche du temps perdu*. Paris: Robert Laffont, 1991.
- STENDHAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Abril, 1971.
- SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.